



<b>Evento</b>	Salão UFRGS 2018: XIV SALÃO DE ENSINO DA UFRGS
<b>Ano</b>	2018
<b>Local</b>	Campus do Vale - UFRGS
<b>Título</b>	Contribuições da monitoria indígena para a descolonização do saber na universidade
<b>Autores</b>	TAINARA MOREIRA CLAUDINO DEBORA DE BITENCOURT FEL
<b>Orientador</b>	RAQUEL DA SILVA SILVEIRA

**RESUMO:** Iniciamos o percurso da monitoria indígena em meio a muitos questionamentos e desafios. O ingresso das/dos estudantes indígenas na universidade, por si só, inicia-se com algumas barreiras resistentes a transformações por parte da instituição de ensino. Para uma mulher indígena, mãe, gestante e ingressante no meio acadêmico, os movimentos necessários para a garantia de permanência no curso são ainda mais complexos e urgentes. São diversas as necessidades de mudanças que estão colocadas para a maioria das/dos estudantes indígenas. O cenário político atual também tem sido outro fator que dificulta a permanência desses/as estudantes no meio acadêmico. A frequente ameaça de cortes na Bolsa Permanência, para estudantes indígenas e quilombolas, colabora para a fragilização da política de ações afirmativas nas universidades públicas. Além disso, o deslocamento do espaço da aldeia para a cidade, e a inserção em uma cultura que pensa e relaciona-se a partir de diferentes concepções de sujeito e de mundo, produz um encontro que tem como efeito importantes transformações na universidade, mas apenas quando encontramos abertura à elas. Caso contrário, muitas formas de violência podem emergir, tendo como consequência meras reproduções do colonialismo ainda presente em nós. Quando a universidade recebe estudantes indígenas, ela também recebe a aldeia, e com ela vem um saber coletivo, um saber que habita um tempo não linear, que necessita de espaço para re-existir e trazer perspectivas diferentes de construção do conhecimento no espaço acadêmico. E é nesse encontro em que estamos. Indígena e não-indígena propondo-se à construção de uma forma de ensino que rompa com paradigmas acadêmicos ainda cristalizados, e que aprenda com as formas de saber-viver Kaingang. Enquanto acadêmicas do curso de psicologia, essa tem sido uma intensa tarefa. Nosso currículo, hegemonicamente branco, masculino e europeu, ainda propõe a constituição de um sujeito universal, e a ruptura com essa concepção é fundamental, tendo em vista, também, a lei 11.645, que estabelece diretrizes para obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” na rede de ensino. Assim, a presença indígena nesse curso, tem como efeito o questionamento dessas produções e novas propostas a partir de um outro referencial, que considere a questão indígena a partir de sua própria cosmovisão, e não mais como objeto de uma psicologia branca. A partir dessas reflexões, questionamos qual poderia ser a contribuição da monitoria indígena no âmbito do ensino, também interrogando sua própria proposta de adaptação do estudante indígena na universidade. Como forma de pensar os efeitos do encontro de diferentes saberes, contaremos um pouco sobre como tem sido nossa experiência de monitoria até agora. Ingressar na universidade estando grávida, e já sendo mãe, geraram estranhamentos e reflexões na relação aluna-professor/a. Inicialmente não foi comunicado da gravidez às/aos professoras/es, muito por conta do constrangimento que poderia surgir a partir da reação deles. Em seguida veio a anunciação da impossibilidade de seguir o semestre, de parte do corpo docente, por estar grávida e já entrando em licença maternidade. Na cultura Kaingang é comum que mulheres e homens jovens tenham família e filhos/as. Algo que na cultura ocidental é encarado com julgamentos morais e como fator de impedimento para realização de estudos, principalmente para a mulher, por exemplo. No entanto, o desejo de não perder o semestre, conciliado ao apoio da monitoria e tutoria, possibilitou um diálogo importante com o corpo docente e técnico do curso. Já no período de licença maternidade e ida para a aldeia, a monitoria começa a operar como um dispositivo que aciona inicialmente a tutoria, para que leve a discussão inicial para seus departamentos, e a COMGRAD, para que potencialize o diálogo pela via institucional. Nesse sentido, a troca construída entre estudante, monitoria, tutoria, docência e COMGRAD, possibilitou a visibilização da presença indígena na psicologia e de suas demandas em vários aspectos: do direito à licença maternidade e da elaboração de um plano de recuperação das atividades; da discussão sobre o epistemicídio presente no currículo e a necessidade de garantir que outras referências tenham espaço; e na própria relação pedagógica e as formas de aprender/ensinar. Além da monitoria individual, participamos também do GAIn - Grupo de Acolhimento da/o Estudante Indígena. Esse projeto de extensão proporciona um espaço de encontro semanal, em que indígenas e não-indígenas - discentes e docentes - dos Cursos de Psicologia e Serviço Social da UFRGS, encontram-se com o objetivo de compartilhar a experiência da monitoria. Essa monitoria coletiva, como nomeamos, apresenta-se como um espaço que possa acolher questões para além das acadêmicas, mas também pautas políticas do movimento indígena, de questões de assistência e permanência estudantil, operando, principalmente, como espaço de conversa e encontro que rompa com o enquadramento burocrático que a maioria dos espaços acadêmicos se caracterizam. Compreendemos que a monitoria indígena, individual e coletiva, tem uma importância fundamental para a permanência das/dos estudantes indígenas na universidade, tanto no ponto de vista do apoio pedagógico, quanto no compromisso com a política de equidade étnico-racial, e conseqüentemente, com a descolonização do saber na universidade. Palavras-chave: monitoria indígena, maternidade, ações afirmativas.